

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



		3 meses findos em		9 meses findos em	
	Notas	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
<b>Receita operacional, líquida</b>	3	<b>1.873</b>	<b>2.375</b>	<b>5.797</b>	<b>6.306</b>
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(1.607)</b>	<b>(1.990)</b>	<b>(4.720)</b>	<b>(5.169)</b>
Custos com energia elétrica	4	(1.178)	(1.636)	(3.480)	(4.112)
Custos de construção	5	(223)	(178)	(641)	(531)
Custos de operação	6	(206)	(176)	(599)	(526)
<b>Lucro bruto</b>		<b>266</b>	<b>385</b>	<b>1.077</b>	<b>1.137</b>
Perdas de créditos esperadas	10.2	(46)	(45)	(144)	(120)
Despesas com vendas	6	(19)	(16)	(56)	(52)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(94)	(78)	(249)	(222)
<b>Lucro operacional</b>		<b>107</b>	<b>246</b>	<b>628</b>	<b>743</b>
<b>Resultado financeiro</b>	7	<b>(164)</b>	<b>(113)</b>	<b>(532)</b>	<b>(263)</b>
Receitas financeiras		82	29	227	101
Despesas financeiras		(200)	(130)	(615)	(349)
Outros resultados financeiros, líquidos		(46)	(12)	(144)	(15)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>(57)</b>	<b>133</b>	<b>96</b>	<b>480</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	8.1.1	<b>20</b>	<b>(37)</b>	<b>(36)</b>	<b>(127)</b>
Corrente		(1)	(14)	(1)	(21)
Diferido		21	(23)	(35)	(106)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>		<b>(37)</b>	<b>96</b>	<b>60</b>	<b>353</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R\$</b>	19.2 (a)				
Ordinária		(0,50)	1,28	0,80	4,72
Preferencial A		(0,50)	1,28	0,80	4,72
Preferencial B		(0,55)	1,41	0,88	5,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE**  
 Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhões de reais)



	<b>3 meses findos em</b>		<b>9 meses findos em</b>	
	<b>30/set/22</b>	<b>30/set/21</b>	<b>30/set/22</b>	<b>30/set/21</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(37)</b>	<b>96</b>	<b>60</b>	<b>353</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>				
Obrigações com benefícios à empregados	-	-	(205)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	-	70	-
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(135)</b>	<b>-</b>
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado:</b>				
Hedge de fluxo de caixa	(40)	(4)	(123)	(30)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	13	1	41	10
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(27)</b>	<b>(3)</b>	<b>(82)</b>	<b>(20)</b>
<b>Outros resultados abrangentes do período líquido dos tributos</b>	<b>(27)</b>	<b>(3)</b>	<b>(217)</b>	<b>(20)</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>(64)</b>	<b>93</b>	<b>(157)</b>	<b>333</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhões de reais)



	30/set/22	30/set/21
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>60</b>	<b>353</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização (*)	270	255
Baixa de ativos não circulantes	29	6
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	36	127
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	532	263
Valor de reposição estimado da concessão	(143)	(315)
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	437	(213)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(278)	267
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(41)	(23)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	426	(645)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(201)	(60)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(12)	(3)
Outros ativos e passivos, líquidos	(200)	(17)
<b>Caixa líquido proveniente das operações</b>	<b>915</b>	<b>(5)</b>
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(348)	(200)
Instrumentos derivativos recebidos/(pagos), líquidos	(131)	5
Rendimentos de aplicações financeiras	94	9
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(1)
Tributos sobre o lucro pagos	(10)	(24)
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>517</b>	<b>(216)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(671)	(545)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(164)	(16)
Resgate de títulos e valores mobiliários	164	3
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(671)</b>	<b>(558)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	1.936	1.224
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(18)	(5)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.022)	(1.097)
Depósitos em garantias	-	3
Obrigações especiais	31	13
Pagamento de principal - Arrendamentos	(4)	(3)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	112	258
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	(313)	(32)
<b>Caixa gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>722</b>	<b>361</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período</b>	<b>568</b>	<b>(413)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>673</b>	<b>728</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>1.241</b>	<b>315</b>
<b>Transações que não envolveram caixa:</b>		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	6	4
Arrendamentos capitalizados	12	5
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	1	3

(\*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhões de reais)



	<b>Notas</b>	<b>30/set/22</b>	<b>31/dez/21</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.241	673
Contas a receber de clientes e outros	10	1.597	1.944
Títulos e valores mobiliários		17	14
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	183
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	203	148
Outros tributos a recuperar	8.2.1	487	672
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	260	419
Outros ativos circulantes		200	132
<b>Total do circulante</b>		<b>4.005</b>	<b>4.185</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes e outros	10	100	112
Títulos e valores mobiliários		29	27
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	57	147
Outros tributos a recuperar	8.2.1	1.812	1.692
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	94	18
Depósitos judiciais	16.1 (c)	161	148
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	3.963	3.493
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	813	717
Outros ativos não circulantes		2	2
Direito de uso		21	15
Intangível	13	2.377	2.430
<b>Total do não circulante</b>		<b>9.429</b>	<b>8.801</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13.434</b>	<b>12.986</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhões de reais)



	<b>Notas</b>	<b>30/set/22</b>	<b>31/dez/21</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	756	1.015
Empréstimos e financiamentos	15.2	690	1.229
Passivo de arrendamento		4	4
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	31	24
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	115	135
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	174	260
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	321	524
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	2	60
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	53	51
Outros passivos circulantes	17	242	340
<b>Total do circulante</b>		<b>2.388</b>	<b>3.642</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	62	57
Empréstimos e financiamentos	15.2	6.978	5.477
Passivo de arrendamento		19	12
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	75	5
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	25	45
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	1.757	1.648
Imposto corrente passivo longo prazo	8.1.3	2	2
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	178	156
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	239	47
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	259	48
Outros passivos não circulantes	17	32	15
<b>Total do não circulante</b>		<b>9.626</b>	<b>7.512</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.420</b>	<b>1.832</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>13.434</b>	<b>12.986</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de Lucros						Proposta de distribuição de dividendos adicionais	
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Lucros acumulados		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	663	485	8	68	353	-	255	1.832
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	60	-	60
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(255)	(255)
Outros resultados abrangentes	-	-	(217)	-	-	-	-	(217)
Saldos em 30 de setembro de 2022	663	485	(209)	68	353	60	-	1.420

	Reservas de Lucros						Proposta de distribuição de dividendos adicionais	
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Lucros acumulados		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	663	485	45	68	332	-	109	1.702
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	353	-	353
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(109)	(109)
Outros resultados abrangentes	-	-	(20)	-	-	-	-	(20)
Transações com acionistas:								-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Saldos em 30 de setembro de 2021	663	485	25	68	332	317	-	1.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhões de reais)



	30/set/22	30/set/21
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	8.397	8.944
Perdas de créditos esperadas	(144)	(120)
	<b>8.253</b>	<b>8.824</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(3.089)	(3.708)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(770)	(781)
Matérias-primas consumidas (*)	(9)	(5)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(961)	(820)
	<b>(4.829)</b>	<b>(5.314)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>3.424</b>	<b>3.510</b>
Depreciação e amortização (*)	(270)	(255)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>3.154</b>	<b>3.255</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras (*)	1.009	641
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>4.163</b>	<b>3.896</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	172	148
Encargos sociais (exceto INSS)	14	21
Benefícios	137	108
(-) Transferências para ordens	(85)	(68)
Outros	8	5
	<b>246</b>	<b>214</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
INSS (sobre folha de pagamento)	47	33
ICMS	1.457	1.482
PIS e COFINS	232	411
Tributos sobre o lucro	36	127
Obrigações intrasetoriais	549	372
Outros	8	6
	<b>2.329</b>	<b>2.431</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros, variações cambiais e aluguéis (*)	1.528	898
	<b>1.528</b>	<b>898</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Remuneração aos acionistas	-	36
Lucros retidos	60	317
	<b>60</b>	<b>353</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>4.163</b>	<b>3.896</b>

(\*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO (“Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km<sup>2</sup>, a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2030.

#### 1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto.

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, que são reproduzidas por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

#### 2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e o CPC 21- Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.



**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 24 de outubro de 2022.

**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

**2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas**

As normas, práticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas as demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2021, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

**2.4 Novas normas vigentes e não vigentes**

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

**a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor**

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Data de vigência</b>
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Fornecimento de energia (nota 3.1)	1.104	1.186	3.757	3.183
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	1.227	1.241	3.860	3.696
Construção de infraestrutura da concessão	223	178	641	531
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	54	77	129	328
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	-	9	-	9
Valor de reposição estimado da concessão (1)	(55)	111	143	315
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	14	486	(223)	814
Outras receitas (nota 3.4)	32	25	90	68
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.599</b>	<b>3.313</b>	<b>8.397</b>	<b>8.944</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.5)	(726)	(938)	(2.600)	(2.638)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>1.873</b>	<b>2.375</b>	<b>5.797</b>	<b>6.306</b>

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

#### Reajuste Tarifário Anual – IRT 2022

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 26 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO, com vigência a partir de 29 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.032/2022. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 18,98%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 19,01%, enquanto para os da baixa tensão, ficará em 18,97%.

O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até março/2022, bem como o financeiro relativo à Bandeira e Conta Escassez Hídrica, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B será integralmente aplicado já a partir desta data.

A variação da parcela A foi de 7,35%, totalizando R\$ 5.040, impactada principalmente pelo aumento de 9,5% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 257,39 MWh. Já a variação da parcela B foi de 4,53%, totalizando R\$ 2.302, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do fator X de -0,05%.

#### Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), homologou em 12 de julho de 2022, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia Energética de Pernambuco – Neoenergia Pernambuco, com vigência a partir de 13 de julho de 2022 a 28 de abril de 2023, conforme a Resolução Homologatória nº 3.055/2022. A redução média das tarifas da Companhia, a ser percebida pelos clientes, foi de -4,07%.

A Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) foi estabelecida pela Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, que determinou novas regras para a devolução dos Créditos Tributários especialmente aqueles referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS.

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 3.1 Fornecimento de energia elétrica

	3 meses findos em			
	GWh		R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Residencial	1.228	1.230	968	1.111
Comercial	494	489	435	489
Industrial	114	126	110	136
Rural	119	159	78	109
Poder público	140	127	111	110
Iluminação pública	128	155	64	104
Serviços públicos	166	169	96	100
Consumo próprio	4	4	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(20)	13
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(1.091)	(1.117)
Subvenções e subsídios governamentais (1)	-	-	353	131
<b>Total</b>	<b>2.393</b>	<b>2.459</b>	<b>1.104</b>	<b>1.186</b>

  

	9 meses findos em			
	GWh		R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Residencial	4.004	4.042	3.379	3.298
Comercial	1.579	1.565	1.491	1.387
Industrial	340	378	355	364
Rural	368	495	260	293
Poder público	458	412	384	314
Iluminação pública	401	448	235	254
Serviços públicos	508	512	300	263
Consumo próprio	13	12	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	1	(14)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(3.480)	(3.366)
Subvenções e subsídios governamentais (1)	-	-	832	390
<b>Total</b>	<b>7.671</b>	<b>7.864</b>	<b>3.757</b>	<b>3.183</b>

- (1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi registrada receita de R\$ 832 (R\$ 390 em 30 de setembro de 2021), sendo: (i) R\$ 278 (R\$ 223 em 30 de setembro de 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 140 (R\$ 140 em 30 de setembro de 2021) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 10 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica, (iv) R\$ 130 (R\$ 27 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção CCRBT, (v) R\$ 87 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção escassez hídrica e (vi) R\$ 187 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção CDE modicidade Eletrobrás.

### 3.2 Disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Consumidor livre	136	124	380	330
Consumidor cativo (1)	1.091	1.117	3.480	3.366
<b>Total</b>	<b>1.227</b>	<b>1.241</b>	<b>3.860</b>	<b>3.696</b>

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 29 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.032/2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
<b>CVA e neutralidade</b>				
Energia (i)	(84)	431	(372)	632
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	(95)	53	(512)	104
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(7)	(4)	47	30
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (iii)	15	(11)	(14)	69
Neutralidade de encargos setoriais	25	4	21	4
PROINFA	(6)	(2)	9	3
	<b>(152)</b>	<b>471</b>	<b>(821)</b>	<b>842</b>
<b>Componentes financeiros e subsídios</b>				
Repasse de sobrecontratação (iv)	125	(42)	380	(10)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (v)	15	(1)	21	(14)
Passivo conta COVID	1	-	2	(81)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vi)	99	45	186	77
Modicidade Eletrobrás (vii)	(187)	-	(187)	-
Recompensação energia Termope	(4)	6	1	9
Bandeira escassez hídrica (viii)	109	-	183	-
Outros	8	7	12	(9)
	<b>166</b>	<b>15</b>	<b>598</b>	<b>(28)</b>
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>486</b>	<b>(223)</b>	<b>814</b>

- (i) Energia: CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando em uma CVA mais passiva neste ano;
- (ii) Encargos do Serviço do Sistema - ESS: CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS\_CAR), e constituição do passivo associado ao ingresso do empréstimo da conta escassez hídrica, no montante de R\$ 87, conforme determinado pela ANEEL, resultando em uma CVA mais passiva neste ano;
- (iii) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST - Rede Básica: CVA ativa, reduzida pela REH nº 3.066/2022, com vigência a partir de 1º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023, que estabeleceram os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão, realizando-as acima da cobertura tarifária da ANEEL;
- (iv) Repasse de sobrecontratação: A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (v) Ultrapassagem de demanda/excedente reativo: Componente Financeiro referente a antecipação da reversão de créditos da UDER, conforme Despacho ANEEL nº 245/2016, e homologados pela ANEEL a partir do processo tarifário de 2021. Sendo no IRT 2021 homologado a antecipação das competências de novembro de 2017 a março de 2021, e no IRT 2022 as competências de abril de 2021 a fevereiro de 2022;
- (vi) Crédito PIS/COFINS sobre ICMS: Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

tarifário de 2022 e atualizado pela Revisão Tarifária Extraordinária - RTE (julho de 2022), R\$ -356 à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até setembro de 2022, o valor ativo de R\$ 99 em contrapartida da redução da receita;

- (vii) Modicidade Eletrobrás: Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobrás com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022; e
- (viii) Bandeira escassez hídrica: A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, o valor de R\$ -432, conforme REH 3.032/2022, referente ao componente financeiro negativo correspondente a recuperação dos custos via tarifa da bandeira escassez hídrica, além da antecipação da reversão dos custos de importação de energia e programa de redução voluntária de consumo, sendo constituído até setembro de 2022, o valor ativo de R\$ 109, em contrapartida da redução da receita.

### 3.4 Outras receitas

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Renda da prestação de serviços	1	1	1	1
Arrendamentos e alugueis	25	16	70	43
Serviço taxado	1	1	2	4
Administração de faturas de fraudes	1	1	3	3
Comissão de serviços de terceiros	4	6	14	17
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>25</b>	<b>90</b>	<b>68</b>

### 3.5 Deduções de receita bruta

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
<b>Tributos</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	(350)	(514)	(1.453)	(1.482)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(194)	(288)	(594)	(781)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	(1)	(4)	(3)
	<b>(545)</b>	<b>(803)</b>	<b>(2.051)</b>	<b>(2.266)</b>
<b>Encargos setoriais</b>				
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(150)	(104)	(454)	(289)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(9)	(10)	(25)	(27)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(13)	(8)	(40)	(23)
Outros encargos (2)	(9)	(13)	(30)	(33)
	<b>(181)</b>	<b>(135)</b>	<b>(549)</b>	<b>(372)</b>
<b>Total</b>	<b>(726)</b>	<b>(938)</b>	<b>(2.600)</b>	<b>(2.638)</b>

- (1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/22 que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez que se trata de um bem essencial. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Distribuidora limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 18%. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS.
- (2) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSEE.

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		3 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	R\$ 30/set/21
<b>Compra para revenda</b>				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	2.134	1.594	(447)	(634)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(74)	(448)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2)	-	-	(2)	66
Contratos por cotas de garantia física (iii)	721	708	(111)	(103)
Energia adquirida contrato bilateral (iv)	861	861	(358)	(326)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II (v)	110	112	(37)	(26)
Outros	65	68	(32)	(40)
<b>Subtotal</b>	<b>3.891</b>	<b>3.343</b>	<b>(1.061)</b>	<b>(1.511)</b>
Créditos de PIS e COFINS	-	-	96	122
<b>Total</b>	<b>3.891</b>	<b>3.343</b>	<b>(965)</b>	<b>(1.389)</b>
<b>Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão</b>				
Encargos de rede básica			(169)	(134)
Encargos de conexão			(11)	(12)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (vi)			(11)	(174)
Encargo de Energia de Reserva - EER (vii)			(38)	59
Outros encargos			(3)	(2)
<b>Subtotal</b>			<b>(232)</b>	<b>(263)</b>
Créditos de PIS e COFINS			19	16
<b>Total</b>			<b>(213)</b>	<b>(247)</b>
<b>Total dos custos com energia elétrica</b>			<b>(1.178)</b>	<b>(1.636)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	9 meses findos em			
	GWh		R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
<b>Compra para revenda</b>				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	6.842	6.033	(1.376)	(1.672)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(166)	(739)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2)	-	-	(8)	3
Contratos por cotas de garantia física (iii)	2.452	2.362	(309)	(279)
Energia adquirida contrato bilateral (iv)	2.555	2.555	(1.022)	(879)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II (v)	327	333	(112)	(77)
Outros	179	186	(96)	(65)
<b>Subtotal</b>	<b>12.355</b>	<b>11.469</b>	<b>(3.089)</b>	<b>(3.708)</b>
Créditos de PIS e COFINS	-	-	288	311
<b>Total</b>	<b>12.355</b>	<b>11.469</b>	<b>(2.801)</b>	<b>(3.397)</b>
<b>Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão</b>				
Encargos de rede básica			(437)	(451)
Encargos de conexão			(35)	(32)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (vi)			(165)	(317)
Encargo de Energia de Reserva - EER (vii)			(125)	25
Outros encargos			(8)	(6)
<b>Subtotal</b>			<b>(770)</b>	<b>(781)</b>
Créditos de PIS e COFINS			91	66
<b>Total</b>			<b>(679)</b>	<b>(715)</b>
<b>Total dos custos com energia elétrica</b>			<b>(3.480)</b>	<b>(4.112)</b>

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

(2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (i) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas;
- (ii) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual;
- (iii) Aumento conforme REH ANEEL 3.068/2022, de 12 de julho de 2022;
- (iv) Reajuste da tarifa R\$/MWh do gerador a partir de 29 de abril de 2022;
- (v) Reajuste da receita fixa, conforme REH ANEEL 3.002/2021, de 14 de dezembro 2021;
- (vi) Redução dos custos do ESS Brasil; e
- (vii) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.



NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Pessoal	(29)	(22)	(76)	(59)
Material	(117)	(83)	(339)	(286)
Serviços de terceiros	(85)	(74)	(237)	(196)
Juros sobre obras em andamento	(2)	(2)	(6)	(4)
Outros	(3)	(1)	(13)	(2)
Obrigações especiais	13	4	30	16
<b>Total</b>	<b>(223)</b>	<b>(178)</b>	<b>(641)</b>	<b>(531)</b>

## 6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	3 meses findos em			
	30/set/22			
<b>Custos/Despesas</b>	<b>Custos de operação</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>
Pessoal (1)	(59)	(4)	(29)	(92)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(51)	(14)	(25)	(90)
Depreciação e amortização	(80)	-	(13)	(93)
Combustível para produção de energia	(4)	-	-	(4)
Provisão para processos judiciais	-	-	(13)	(13)
Outras receitas e despesas, líquidas	(12)	(1)	(13)	(26)
<b>Total</b>	<b>(206)</b>	<b>(19)</b>	<b>(94)</b>	<b>(319)</b>

	3 meses findos em			
	30/set/21			
<b>Custos/Despesas</b>	<b>Custos de operação</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>
Pessoal (1)	(56)	(5)	(28)	(89)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(40)	(11)	(19)	(70)
Depreciação e amortização	(69)	-	(15)	(84)
Combustível para produção de energia	(1)	-	-	(1)
Provisão para processos judiciais	-	-	(10)	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas	(10)	-	(5)	(15)
<b>Total</b>	<b>(176)</b>	<b>(16)</b>	<b>(78)</b>	<b>(270)</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

9 meses findos em				
30/set/22				
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(184)	(14)	(92)	(290)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros	(143)	(41)	(65)	(249)
Depreciação e amortização (2)	(230)	-	(36)	(266)
Combustível para produção de energia	(13)	-	-	(13)
Provisão para processos judiciais	-	-	(35)	(35)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(4)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas	(29)	(1)	(14)	(44)
<b>Total</b>	<b>(599)</b>	<b>(56)</b>	<b>(249)</b>	<b>(904)</b>

  

9 meses findos em				
30/set/21				
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(143)	(16)	(85)	(244)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros	(136)	(36)	(57)	(229)
Depreciação e amortização (2)	(211)	-	(38)	(249)
Combustível para produção de energia	(8)	-	-	(8)
Provisão para processos judiciais	-	-	(31)	(31)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas	(28)	-	(5)	(33)
<b>Total</b>	<b>(526)</b>	<b>(52)</b>	<b>(222)</b>	<b>(800)</b>

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

(2) Crédito PIS/COFINS, em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$ 2 (R\$ 6 em 30 de setembro de 2021).

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 7. RESULTADO FINANCEIRO

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	46	5	94	9
(-) Tributos sobre receita financeira	(4)	(2)	(13)	(6)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	24	22	79	91
Atualização de depósitos judiciais	2	1	7	1
Atualização do ativo financeiro setorial	12	-	56	-
Outras receitas financeiras	2	3	4	6
	<b>82</b>	<b>29</b>	<b>227</b>	<b>101</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos sobre instrumentos de dívida (i)	(163)	(100)	(532)	(257)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(5)	(2)	(8)	(6)
Atualização do passivo financeiro setorial	-	6	-	(1)
Atualização de provisões para processos judiciais	(7)	(17)	(30)	(38)
Outras despesas financeiras	(25)	(17)	(45)	(47)
	<b>(200)</b>	<b>(130)</b>	<b>(615)</b>	<b>(349)</b>
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (ii)	(82)	(144)	(317)	(287)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	30	7	430	216
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b))	(75)	(26)	(572)	(251)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (ii)	81	152	326	314
Perdas com variações cambiais e monetárias	(7)	(4)	(24)	(11)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	7	3	13	4
	<b>(46)</b>	<b>(12)</b>	<b>(144)</b>	<b>(15)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(164)</b>	<b>(113)</b>	<b>(532)</b>	<b>(263)</b>

- (i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida (CDI, IPCA e outros) e aumento no volume da dívida; e
- (ii) Redução do euro e do dólar em comparação ao aumento verificado nos nove meses do ano passado, gerando maiores ganhos nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente perdas nos derivativos.

## 8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

### 8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro</b>	(57)	133	96	480
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	19	(45)	(33)	(163)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	12
Incentivos fiscais	-	11	-	31
Excesso de previdência privada	(1)	(2)	(5)	(7)
Outras adições (reversões) permanentes	2	(1)	2	-
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>20</b>	<b>(37)</b>	<b>(36)</b>	<b>(127)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>35%</b>	<b>28%</b>	<b>38%</b>	<b>26%</b>
Corrente	(1)	(14)	(1)	(21)
Diferido	21	(23)	(35)	(106)

### 8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras intermediárias e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	30/set/22	31/dez/21
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	39	28
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	56	64
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	92	31
Provisão para processos judiciais	79	71
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	101	98
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	24	25
Arrendamentos capitalizados	2	1
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	14	13
PLR	9	14
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(339)	(290)
Capitalização de juros de dívida	(64)	(63)
Valor justo de instrumentos financeiros	57	15
Outros	24	11
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>94</b>	<b>18</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	<b>Ativo</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>18</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(35)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	111
<b>Saldo em 30 de setembro de 2022</b>	<b>94</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>116</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(106)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	10
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>20</b>

### 8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher e imposto corrente passivo longo prazo

	<b>30/set/22</b>	<b>31/dez/21</b>
IRPJ	177	129
CSLL	26	19
<b>Total ativo circulante</b>	<b>203</b>	<b>148</b>
	<b>30/set/22</b>	<b>31/dez/21</b>
IRPJ	1	2
CSLL	1	-
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

### 8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 2 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021) reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, a Companhia possuía tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

## 8.2 Outros Tributos

### 8.2.1 Outros tributos a recuperar

	<b>30/set/22</b>	<b>31/dez/21</b>
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	168	115
Programa de Integração Social - PIS (i)	373	392
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	1.749	1.846
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2	2
Outros	7	9
<b>Total</b>	<b>2.299</b>	<b>2.364</b>
Circulante	487	672
Não circulante	1.812	1.692

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (i) Impacto do Ressarcimento a consumidores no valor de R\$ 366 e R\$ 1.714 para PIS e COFINS, respectivamente (nota 8.3).

### 8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	30/set/22	31/dez/21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	36	67
Programa de Integração Social – PIS	7	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	34	14
Impostos e contribuições retidos na fonte	9	12
Outros	13	14
<b>Outros tributos a recolher</b>	<b>99</b>	<b>110</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	26	31
Programa de Eficiência Energética - PEE	54	63
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	16	16
Bandeira tarifária	-	80
Outros	4	5
<b>Encargos setoriais</b>	<b>100</b>	<b>195</b>
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>305</b>
Circulante	174	260
Não circulante	25	45

### 8.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou Embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para: (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar. Os créditos objeto do referido ativo vêm sendo compensados de acordo com a regulamentação expedida pela RFB frente às obrigações vincendas. Em contrapartida, foi constituído um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos eventos tarifários anuais, à medida que as compensações vão sendo realizadas.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, representando o montante de R\$ 2.078 em 30 de setembro de 2022.

Com o advento da Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, ficou definido que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.156</b>
Constituição	222
Atualização monetária	55
Pagamento	(3)
Compensação (nota 11)	(168)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>2.262</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.172</b>
Atualização monetária	109
Compensação (nota 11)	(203)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2022</b>	<b>2.078</b>
Circulante	321
Não circulante	1.757

### 9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<b>30/set/22</b>	<b>31/dez/21</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	44	72
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	549	455
Fundos de Investimento	648	146
<b>Total</b>	<b>1.241</b>	<b>673</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 30 de setembro de 2022 é de 100,51% do CDI (99,31% em 31 dezembro de 2021).

### 10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	<b>Recebível</b>	<b>Perda de créditos esperadas</b>	<b>30/set/22 Contas a receber, líquidos</b>	<b>Recebível</b>	<b>Perda de créditos esperadas</b>	<b>31/dez/21 Contas a receber, líquidos</b>
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.052	(650)	1.402	2.199	(592)	1.607
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	22	-	22	121	-	121
Disponibilidade da rede elétrica	54	(3)	51	51	(3)	48
Subvenções e subsídios governamentais	119	-	119	183	-	183
Outros recebíveis	137	(34)	103	118	(21)	97
<b>Total</b>	<b>2.384</b>	<b>(687)</b>	<b>1.697</b>	<b>2.672</b>	<b>(616)</b>	<b>2.056</b>
Ativo circulante			1.597			1.944
Ativo não circulante			100			112

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	30/set/22		31/dez/21	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	778	(412)	810	(352)
Comercial	276	(88)	285	(83)
Industrial	132	(59)	128	(70)
Rural	117	(53)	130	(50)
Poder público	150	(15)	159	(21)
Iluminação pública	177	(6)	182	(7)
Serviço público	99	(2)	102	(3)
Não faturado	323	(15)	403	(6)
<b>Total</b>	<b>2.052</b>	<b>(650)</b>	<b>2.199</b>	<b>(592)</b>

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	30/set/22		31/dez/21	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	694	(49)	878	(30)
<b>Saldos vencidos:</b>	<b>1.358</b>	<b>(601)</b>	<b>1.321</b>	<b>(562)</b>
90 dias	303	(34)	441	(48)
Entre 91 e 180 dias	123	(44)	131	(50)
Entre 181 e 360 dias	240	(96)	168	(62)
Acima de 361 dias	692	(427)	581	(402)
	<b>2.052</b>	<b>(650)</b>	<b>2.199</b>	<b>(592)</b>

## 10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
<b>Saldo inicial do período</b>	<b>(616)</b>	<b>(550)</b>
Efeito reconhecido no resultado do período	(145)	(120)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	74	71
<b>Saldo final do período</b>	<b>(687)</b>	<b>(599)</b>

Em 30 de setembro de 2022, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 145 (R\$ 120 em 30 de setembro de 2021), sendo R\$ 1 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) de resultado financeiro.

## 11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	30/set/22			31/dez/21		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
<b>CVA e neutralidade</b>						
Energia	208	(109)	99	445	-	445
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	272	(443)	(171)	329	-	329
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	53	-	53	4	(2)	2
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	87	-	87	95	-	95
Neutralidade de encargos setoriais	33	(24)	9	1	(11)	(10)
Outros	14	-	14	3	-	3
<b>Componentes financeiros e subsídios</b>						
Repasse de sobrecontratação	335	-	335	-	(51)	(51)
Risco hidrológico	-	(156)	(156)	-	(159)	(159)
Recomposição energia Termope	82	-	82	77	-	77
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(163)	(163)	-	(182)	(182)
Passivo conta COVID	-	(3)	(3)	-	(11)	(11)
CDE modicidade Eletrobrás	-	(192)	(192)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (1)	65	(251)	(186)	129	(291)	(162)
Bandeira escassez hídrica (2)	194	-	194	-	-	-
Outros	2	(3)	(1)	2	(7)	(5)
<b>Total</b>	<b>1.345</b>	<b>(1.344)</b>	<b>1</b>	<b>1.085</b>	<b>(714)</b>	<b>371</b>
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	633	(355)	278	212	(200)	12
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	712	(989)	(277)	873	(514)	359
<b>Total</b>	<b>1.345</b>	<b>(1.344)</b>	<b>1</b>	<b>1.085</b>	<b>(714)</b>	<b>371</b>
Ativo circulante			260			419
Passivo não circulante			(259)			(48)

(1) Em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução dos créditos do PIS COFINS sobre o ICMS, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo de Revisão Tarifária Extraordinária RTE (julho de 2022), a antecipação da reversão dos valores desses tributos, como componente financeiro negativo, cujo diferimento para o período de julho de 2022 a março de 2023, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.

(2) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, componente financeiro, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de janeiro/2022, com a finalidade de expurgar os efeitos dos custos não cobertos pelas Bandeiras e que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez.

## 12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.



## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual. Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
<b>Saldo inicial do período</b>	<b>3.493</b>	<b>2.680</b>
Baixas	(1)	(1)
Transferência ativo contratual (1)	323	282
Transferência ativo intangível (2)	5	4
Ajustes a valor justo (3)	143	315
<b>Saldo final do período</b>	<b>3.963</b>	<b>3.280</b>
Ativo não circulante	3.963	3.280

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

(2) Transferência do ativo intangível, refere-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.

(3) Ajuste a valor justo em decorrência da variação do IPCA no período e reconhecimento em junho de 2021 do Laudo 5º ciclo da Revisão Tarifária Periódica – RTP, no montante de R\$ 113.

### 12.2 Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no período:

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
<b>Saldo inicial do período</b>	<b>717</b>	<b>731</b>
Adições (1)	646	536
Baixas	(21)	(5)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(222)	(246)
Transferências - ativos financeiros (1)	(323)	(282)
Transferências - outros	16	(6)
<b>Saldo final do período</b>	<b>813</b>	<b>728</b>
Custo	851	765
Obrigações especiais	(38)	(37)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	<b>Concessão</b>
<b>Taxa de amortização a.a.</b>	<b>4,13%</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.430</b>
Baixas	(6)
Amortização	(264)
Transferências - ativo financeiro (1)	(5)
Transferências - ativo contratual (2)	222
<b>Saldo em 30 de setembro de 2022</b>	<b>2.377</b>
Custo	5.890
Amortização acumulada	(3.352)
Obrigações especiais	(161)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.461</b>
Baixas	(7)
Amortização	(243)
Transferências - ativo financeiro (1)	(4)
Transferências - ativo contratual (2)	246
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>2.453</b>
Custo	5.661
Amortização acumulada	(3.039)
Obrigações especiais	(169)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

### 14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	<b>30/set/22</b>	<b>31/dez/21</b>
Energia elétrica	524	572
Encargos de uso da rede	95	312
Materiais e serviços	137	131
Energia livre	62	57
<b>Total</b>	<b>818</b>	<b>1.072</b>
Circulante	756	1.015
Não circulante	62	57

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### 15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	30/set/22	31/dez/21
Empréstimos e financiamentos bancários	1.776	2.315
Agências de fomento	1.705	1.432
Mercado de capitais (debêntures)	4.187	2.959
<b>Empréstimos e financiamentos (1)</b>	<b>7.668</b>	<b>6.706</b>
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	49	(301)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(1.241)	(673)
(-) Títulos e valores mobiliários	(46)	(41)
<b>Dívida líquida</b>	<b>6.430</b>	<b>5.691</b>

- (1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

### 15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

#### a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	30/set/22	31/dez/21
<b>Denominados em R\$</b>	<b>6.153</b>	<b>4.623</b>
Indexados a taxas flutuantes	6.150	4.619
Indexados a taxas fixas	3	4
<b>Denominados em US\$</b>	<b>1.553</b>	<b>1.607</b>
Indexados a taxas fixas	1.553	1.607
<b>Denominados em outras moedas</b>	<b>-</b>	<b>503</b>
Indexados a taxas fixas	-	503
	<b>7.706</b>	<b>6.733</b>
(-) Depósitos em garantia	(1)	(1)
(-) Custos de transação	(37)	(26)
	<b>7.668</b>	<b>6.706</b>
Passivo circulante	690	1.229
Passivo não circulante	6.978	5.477

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Em 30 de setembro de 2022, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	<b>30/set/22</b>	<b>31/dez/21</b>
Custo médio em % CDI (1)	108,3%	173,0%
Custo médio em taxa Pré (2)	12,1%	8,2%
Saldo da dívida	7.668	6.706
Instrumentos financeiros derivativos	49	(301)
<b>Dívida total líquida de derivativos</b>	<b>7.717</b>	<b>6.405</b>

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses.

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses dividido pelo Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

**b) Fluxo de pagamento futuros de dívida**

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	<b>Principal (1)</b>	<b>Juros (1)</b>	<b>Instrumentos derivativos</b>	<b>Total</b>
2022	28	269	20	317
2023	697	659	168	1.524
2024	1.416	492	63	1.971
2025	1.459	411	(163)	1.707
2026	985	366	(75)	1.276
Entre 2027 e 2031	2.848	691	-	3.539
Entre 2032 e 2036	472	123	-	595
2037 em diante	202	24	-	226
<b>Total</b>	<b>8.107</b>	<b>3.035</b>	<b>13</b>	<b>11.155</b>

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 30 de setembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

**c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações**

	<b>9 meses findos em</b>	
	<b>30/set/22</b>	<b>30/set/21</b>
<b>Saldo inicial do período</b>	<b>6.706</b>	<b>5.464</b>
<b>Efeito no fluxo de caixa:</b>		
Captações (1)	1.936	1.224
Amortizações de principal	(1.022)	(1.097)
Custo de captação	(18)	(5)
Pagamento de encargos de dívida	(348)	(200)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	-	3
<b>Efeito não caixa:</b>		
Encargos incorridos	527	254
Variação cambial	(112)	77
Marcação a valor justo	(1)	(6)
<b>Saldo final do período</b>	<b>7.668</b>	<b>5.714</b>

(1) No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 as operações captadas, no montante de R\$1.936, pela Companhia foram: (i) R\$ 1.200 via 12ª emissão de debêntures com prazo final de 10 anos; e (ii) ) R\$ 450 via 2ª emissão de notas comerciais com vencimento final em 7 anos; e (iii) R\$ 286 com prazo de vencimento de até 20 anos captados junto ao BNDES.

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	12/08/2024	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	26/08/2024	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	23/04/2023	1.291	1.135
			<b>1.491</b>	<b>1.135</b>

### e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros:

Consolidado da controladora Neoenergia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

### 15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo, e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira.

#### a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	30/set/22	31/dez/21
<b>Contratados para proteção de dívidas:</b>		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(48)	118
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	-	157
Swap de taxas de juros - R\$	-	26
<b>Contratados para proteção de outras operações:</b>		
Risco de câmbio - produtos e serviços	(1)	-
<b>Exposição líquida</b>	<b>(49)</b>	<b>301</b>
Ativo circulante	-	183
Ativo não circulante	57	147
Passivo circulante	(31)	(24)
Passivo não circulante	(75)	(5)

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	30/set/22	31/dez/21
<b>Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa</b>		
Contratados para proteção de dívidas	(48)	275
Contratados para proteção de outras operações	(1)	-
<b>Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo</b>		
Contratados para proteção de dívidas	-	26
	<b>(49)</b>	<b>301</b>

**b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes**

	9 meses findos em					
	30/set/22			30/set/21		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>301</b>	<b>-</b>	<b>301</b>	<b>541</b>	<b>-</b>	<b>541</b>
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(246)	-	(246)	63	-	63
Liquidação financeira entradas (saídas)	18	1	19	(264)	1	(263)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(121)	(2)	(123)	(29)	(1)	(30)
<b>Saldo final</b>	<b>(48)</b>	<b>(1)</b>	<b>(49)</b>	<b>311</b>	<b>-</b>	<b>311</b>
<b>Ganho (perda) reconhecido no resultado</b>						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(246)	-	(246)	63	-	63

**16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

**16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais**

**a) Provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>162</b>	<b>45</b>	<b>-</b>	<b>207</b>
Adições e reversões, líquidas	25	9	1	35
Pagamentos	(27)	(14)	-	(41)
Atualizações monetárias	25	5	-	30
<b>Saldo em 30 de setembro de 2022</b>	<b>185</b>	<b>45</b>	<b>1</b>	<b>231</b>
Circulante				53
Não circulante				178

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>117</b>	<b>40</b>	<b>157</b>
Adições e reversões, líquidas	21	10	31
Pagamentos	(23)	(16)	(39)
Atualizações monetárias	29	9	38
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>144</b>	<b>43</b>	<b>187</b>
Circulante			49
Não circulante			138

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total de R\$ 185 (R\$ 162 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se:

- Ações cíveis onde se discute indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo, cobranças indevidas, danos morais e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios abrangendo os objetos relativos a danos elétricos em equipamentos, danos por interrupção de energia, ações acidentárias, cobrança indevida, corte indevido, irregularidade de consumo, serviço de rede, pedido de ligação, negativação indevida e Portaria DNAEE, no montante estimado de R\$ 174 (R\$ 152 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Processos trabalhistas: Do total de R\$ 45 (R\$ 45 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, dentre outras, cujo montante estimado é de R\$ 18 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo montante estimado é de R\$ 27 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021).

### b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>30/set/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Processos cíveis (i)	409	375
Processos trabalhistas (ii)	176	174
Processos fiscais (iii)	911	761
<b>Total</b>	<b>1.496</b>	<b>1.310</b>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

(i) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:

- Ações de indenização movidas por terceiros em razão de acidentes (Eletroplessão) com a rede elétrica. Não observância da população/consumidor das normas e distâncias de segurança, bem como rompimento de fios, por fenômenos naturais ou falhas técnicas, com o valor estimado de R\$ 106 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2021).

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(ii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

(iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. Destacamos o auto de infração motivados por:

- Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores microempresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 494 (R\$ 480 em 31 de dezembro de 2021).

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

### c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	30/set/22	31/dez/21
Processos cíveis	67	57
Processos trabalhistas	82	78
Processos fiscais	12	13
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>148</b>

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

## 17. OUTROS PASSIVOS

	30/set/22	31/dez/21
Caução em garantia (1)	179	163
Devoluções a consumidores (i)	41	119
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	21	22
Repasse a terceiros	12	15
Plano de saúde	6	15
Bônus estratégico	6	4
Compartilhamento de pessoal	4	5
Encargos financeiros	2	-
Outros	3	12
<b>Total</b>	<b>274</b>	<b>355</b>
Circulante	242	340
Não circulante	32	15

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(i) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 71.



**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); e (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida").

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	30/set/22	31/dez/21
Salários, férias e 13 <sup>a</sup> salário e encargos a pagar	82	91
Benefícios de curto prazo	33	44
Benefícios de longo prazo - pós-emprego	239	47
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>182</b>
Passivo circulante	115	135
Passivo não circulante	239	47

### 18.1 Benefícios de longo prazo - pós-emprego

Destacamos as seguintes variações:

#### a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido		
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Ativo (passivo) líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(1.095)</b>	<b>960</b>	<b>(135)</b>
Custo do serviço	1	-	1
Efeitos dos juros	(74)	66	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	45	45
Benefícios pagos pelo plano	105	(105)	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	77	-	77
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(71)	(71)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(987)</b>	<b>896</b>	<b>(91)</b>
Custo do serviço	1	-	1
Efeitos dos juros	(34)	36	2
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	21	21
Benefícios pagos pelo plano	54	(54)	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(220)	-	(220)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	15	15
<b>Saldo em 30 de setembro de 2022</b>	<b>(1.186)</b>	<b>914</b>	<b>(272)</b>
Planos deficitários	(1.186)	914	(272)

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**b) Valores reconhecidos no resultado do exercício**

	<b>30/set/22</b>		
	<b>Benefício definido</b>	<b>Contribuição definida</b>	<b>Total</b>
Custo do serviço	1	(24)	(23)
Despesa com juros de passivos	(34)	-	(34)
Receita com juros de ativos	26	-	26
	<b>(7)</b>	<b>(24)</b>	<b>(31)</b>
<b>Alocação dos custos do serviço:</b>			
Resultado do exercício	1	(24)	(23)

  

	<b>30/set/21</b>		
	<b>Benefício definido</b>	<b>Contribuição definida</b>	<b>Total</b>
Custo do serviço	-	(27)	(27)
Despesa com juros de passivos	(55)	-	(55)
Receita com juros de ativos	49	-	49
	<b>(6)</b>	<b>(27)</b>	<b>(33)</b>
<b>Alocação dos custos do serviço:</b>			
Resultado do exercício	-	(27)	(27)

**c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes**

	<b>30/set/22 Benefício definido</b>	<b>30/set/21 Benefício definido</b>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>32</b>	<b>32</b>
Efeito de mudança nas premissas atuariais (i)	(220)	-
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	15	-
<b>Efeito bruto</b>	<b>(205)</b>	<b>-</b>
Tributos sobre o lucro	70	-
<b>Efeito líquido em outros resultados abrangente</b>	<b>(135)</b>	<b>-</b>
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(103)</b>	<b>32</b>

(i) Vide nota 18.1.a.

**d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial**

	<b>30/set/22 Benefício definido</b>	<b>31/dez/21 Benefício definido</b>
Valor presente das obrigações atuariais	(1.186)	(987)
Valor justo dos ativos	914	896
<b>Total passivo (ativo) líquido</b>	<b>(272)</b>	<b>(91)</b>
Passivo circulante	(33)	(44)
Passivo não circulante	(239)	(47)

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**e) Outras informações dos planos de benefício definido**

**(i) Hipóteses atuariais/econômicas**

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	<b>Benefício definido</b>	
	<b>30/set/22</b>	<b>31/dez/21</b>
Taxa média nominal de desconto	7,78%	8,18%
Taxa média nominal de custo salarial	4,03%	4,03%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,00%
Duration (em anos)	9,28	9,16
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&F suavizada em 10%	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1983 masculina	AT-1983 masculina

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**19.1 Capital social**

O capital social está representado por ações ordinárias (“ON”) e ações preferenciais (“PNA” e “PNB”), todas sem valor nominal. A emissão e colocação das ações será feita por deliberação do Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, estabelecendo quantidade, preço e demais condições de emissão, subscrição e integralização.

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 700 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663 (R\$ 663 em 31 de dezembro de 2021).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$							<b>Total</b>	
	<b>Ordinárias</b>	<b>R\$</b>	<b>Pref. A</b>	<b>R\$</b>	<b>Pref.B</b>	<b>R\$</b>	<b>Ações</b>	<b>R\$</b>
Neoenergia S.A.	66.022.550	587	464.272	4	400.375	4	66.887.197	595
Outros	280.143	2	7.102.982	63	342.066	3	7.725.191	68
<b>Total</b>	<b>66.302.693</b>	<b>589</b>	<b>7.567.254</b>	<b>67</b>	<b>742.441</b>	<b>7</b>	<b>74.612.388</b>	<b>663</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

## 19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

### a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:				
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	(33)	85	53	313
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas preferenciais A	(4)	10	6	36
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas preferenciais B	-	1	1	4
<b>Total</b>	<b>(37)</b>	<b>96</b>	<b>60</b>	<b>353</b>
<b>Em unidades de ações</b>				
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	66.302.693	66.302.693	66.302.693	66.302.693
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	7.567.254	7.567.254	7.567.254	7.567.254
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	742.441	742.441	742.441	742.441
<b>Total</b>	<b>74.612.388</b>	<b>74.612.388</b>	<b>74.612.388</b>	<b>74.612.388</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação</b>				
Ação ordinária (R\$)	(0,50)	1,28	0,80	4,72
Ação preferencial A (R\$)	(0,50)	1,28	0,80	4,72
Ação preferencial B (R\$)	(0,55)	1,41	0,88	5,19

### b) Remuneração aos acionistas

O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2021, aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em abril de 2022, dos quais: (i) R\$ 255, na forma de dividendos adicionais propostos, pagos em maio de 2022; (ii) R\$ 25, na forma de dividendos mínimos obrigatórios, pagos em maio de 2022; e (iii) R\$ 34 (R\$ 40, menos R\$ 6 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em abril de 2022.

Em 30 de setembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 2 (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2021).

## 19.3 Reserva de Capital

### (i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reserva no montante de R\$ 30 em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

### (ii) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 455, sendo R\$ 508 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, e R\$ 53 que corresponde a valor já capitalizado.

Em 30 de setembro de 2022, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 452 (R\$ 444 em 31 de dezembro de 2021).

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 19.4 Reserva de Lucros

#### (i) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei 6.404/76, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 68.

#### (ii) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 353.

## 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias são apresentados abaixo:

### 20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

				30/set/22
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
<b>Ativo</b>				
Outros ativos (c)/(d)/(f)	5	52	-	57
	<b>5</b>	<b>52</b>	<b>-</b>	<b>57</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores e contas a pagar				
(a)	242	-	34	276
Benefícios a empregados (b)	-	-	31	31
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	-	2	2
Outros Passivos (d)	4	-	-	4
	<b>246</b>	<b>-</b>	<b>67</b>	<b>313</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
 Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	<b>31/dez/21</b>		
	<b>Subsidiárias da Neoenergia</b>	<b>Controladora</b>	<b>Acionistas e outros</b>
<b>Ativo</b>			<b>Total</b>
Outros ativos (d)/(f)	4	-	-
	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores e contas a pagar (a)	244	-	38
Benefícios a empregados (b)	-	-	45
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	52	8
Outros Passivos (d)/(f)	5	-	-
	<b>249</b>	<b>52</b>	<b>91</b>
	<b>249</b>	<b>52</b>	<b>392</b>

## 20.2 Transações com partes relacionadas

	<b>9 meses findos em 30/set/22</b>		
	<b>Subsidiárias da Neoenergia</b>	<b>Controladora</b>	<b>Acionistas e outros</b>
<b>Resultado do período</b>			<b>Total</b>
Receita operacional líquida (a)/(f)	3	-	-
Custos dos serviços (a)	(1.337)	-	(245)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	-	-	(11)
Resultado financeiro líquido (b)/(c)	-	(25)	(4)
	<b>(1.334)</b>	<b>(25)</b>	<b>(260)</b>
	<b>(1.334)</b>	<b>(25)</b>	<b>(1.619)</b>

	<b>9 meses findos em 30/set/21</b>		
	<b>Subsidiárias da Neoenergia</b>	<b>Controladora</b>	<b>Acionistas e outros</b>
<b>Resultado do período</b>			<b>Total</b>
Receita operacional líquida (a)/(f)	3	-	-
Custos dos serviços (a)	(1.184)	-	(220)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(3)	-	(8)
Resultado financeiro líquido (b)/(c)	-	(33)	(6)
	<b>(1.184)</b>	<b>(33)</b>	<b>(234)</b>
	<b>(1.184)</b>	<b>(33)</b>	<b>(1.451)</b>

## 20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

- Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo, e prestação de serviço, com instalação de placa solar pela NEOSERV e O&M pela Termopernambuco;
- Contribuição ao fundo previdenciário dos funcionários ativos;
- Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval com vencimento em 27 de junho de 2026;
- Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo;
- Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas; e
- Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM encerrados em 30 de junho de 2022.

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações dos administradores estatutários, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Salários e benefícios recorrentes	-	-	1	1
Outros benefícios de curto prazo	-	1	1	1
Benefícios de longo prazo	1	-	1	1
	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Os honorários e benefícios de parte dos administradores da Companhia estão reconhecidos no resultado do controlador ou em sociedades sob controle comum.

## 21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	30/set/22			31/dez/21		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	593	-	648	527	-	146
Títulos e valores mobiliários	1	-	45	1	-	40
Contas a receber de clientes e outros	2.384	-	-	2.672	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	57	-	-	304	26
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	260	-	-	419	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	3.963	-	-	3.493
Outros ativos financeiros	28	-	-	23	-	-
<b>Total</b>	<b>3.266</b>	<b>57</b>	<b>4.656</b>	<b>3.642</b>	<b>304</b>	<b>3.705</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	818	-	-	1.072	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.668	-	-	6.584	-	122
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	259	-	-	48	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	106	-	-	29	-
Passivo de arrendamento	23	-	-	16	-	-
Outros passivos financeiros	190	-	6	169	-	4
<b>Total</b>	<b>8.958</b>	<b>106</b>	<b>6</b>	<b>7.889</b>	<b>29</b>	<b>126</b>

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

### 21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade).

### 21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	30/set/22			31/dez/21		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	648	-	648	146	-	146
Títulos e valores mobiliários	45	-	45	40	-	40
Instrumentos financeiros derivativos	57	-	57	330	-	330
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	3.963	3.963	-	3.493	3.493
	<b>750</b>	<b>3.963</b>	<b>4.713</b>	<b>516</b>	<b>3.493</b>	<b>4.009</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	122	-	122
Instrumentos financeiros derivativos	106	-	106	29	-	29
Outros passivos financeiros	6	-	6	4	-	4
	<b>112</b>	<b>-</b>	<b>112</b>	<b>155</b>	<b>-</b>	<b>155</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 143 e R\$ 315, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

### 21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	30/set/22		31/dez/21	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	7.668	7.468	6.584	6.485

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.



## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

### 21.5 Métodos e técnicas de avaliação

Os métodos e técnicas de avaliação são os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021.

### 21.6 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 30 de setembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

#### Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	US\$ 287	US\$ 288	2024 - 2026	1.438	1.615
Passivo	R\$ 1.436	R\$ 1.435		(1.486)	(1.496)
<b>Líquido</b>				<b>(48)</b>	<b>119</b>

#### Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	€ -	€ 80	2022	-	517
Passivo	R\$ -	R\$ 357		-	(361)
<b>Líquido</b>				<b>-</b>	<b>156</b>

### Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	R\$ -	R\$ 120	2022	-	120
Passivo	R\$ -	R\$ 94		-	(94)
<b>Líquido</b>				<b>-</b>	<b>26</b>

### Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa em 30 de setembro de 2022, R\$ -0,08 (R\$ 0,25 em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022  
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
<b>Desembolso EUR</b>					
Termo	€ 1	€ 2	2022 - 2024	(1)	-
<b>Líquido</b>				<u>(1)</u>	<u>-</u>

### 21.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 30 de setembro de 2022.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Ncional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	5,4066	(1.553)	(388)	(776)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)	Queda do Dólar		1.438	359	719
<b>Exposição Líquida</b>				<u>(115)</u>	<u>(29)</u>	<u>(57)</u>

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Ncional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,4066	(2)	-	1
		Queda do Dólar		2	-	(1)
<b>Exposição Líquida</b>				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	5,2904	(3)	1	1
		Queda do Euro		3	(1)	(1)
<b>Exposição Líquida</b>				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado a Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	1.245	41	(10)	(20)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(3.483)	(126)	(30)	(58)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(1.485)	(54)	(13)	(25)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	8,73%	(2.667)	(82)	(14)	(27)

## 22.EVENTOS SUBSEQUENTES

### Leilão da oferta pública de ações (OPA)

Em 03 de outubro de 2022, a Neoenergia adquiriu 29.637 ONs, 6.620.985 PNAs e 162.156 PNBs, as quais, em conjunto, representam 9,13% do capital social da Neoenergia Pernambuco, calculado com base no total de ações emitidas, excluía as ações em tesouraria. As ações foram adquiridas pelos preços de R\$ 42,02 por ON, R\$ 42,02 por PNA e R\$ 46,22 por PNB, totalizando o valor de R\$ 286.953.986,76. Com a liquidação do Leilão, em 5 de outubro de 2022, a quantidade remanescente em circulação são: 250.506 ONs, 481.997 PNAs e 179.910 PNBs, que representam 1,22% do capital social total da Neoenergia Pernambuco.